



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia

EDITAL DE LICITAÇÃO 0084377

PROCESSO SEI Nº 23243.003758/2017-07

DOCUMENTO SEI Nº 0084377

INTERESSADO(S): CHEFIA DE GABINETE DE PORTO VELHO CALAMA

EDITAL RETIFICADO

RDC ELETRÔNICO Nº 02/2017

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE RONDÔNIA – *Campus* Porto Velho Calama, com sede na Avenida Calama, nº 4.985, Bairro Flodoaldo Pontes Pinto, CEP 76.820-441, Porto Velho/RO, através de sua Comissão Especial de Licitação – doravante denominada simplesmente de COMISSÃO, constituída pela Portaria 353/PVCAL-CGAB/IFRO, de 11/10/2017, do *Campus* Porto Velho Calama, torna público para conhecimento dos interessados que a data, horário e local indicados, a abertura de licitação, pela modalidade **RDC – Regime Diferenciado de Contratação, na FORMA ELETRÔNICA**, com critério de julgamento pelo **MAIOR DESCONTO GLOBAL**, o regime de contratação **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO** tendo como modo de disputa o modo combinado **ABERTO/FECHADO**, conforme as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, observando-se o procedimento as disposições legais da Lei 12.462/2011, do Decreto nº 7.581/2011 e subsidiariamente a Lei 8.666/1993. A data, horário e local da realização da licitação encontram-se indicada neste Edital.

Lei nº 12.462/2011

Art. 6º Observado o disposto no § 3º, o orçamento previamente estimado para a contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

§ 1º Nas hipóteses em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, a informação de que trata o caput deste artigo constará do instrumento convocatório.

1. DO OBJETO

1.1 A presente licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS NO CAMPUS PORTO VELHO CALAMA/IFRO**, conforme disposição do (s) grupo (s) abaixo e em conformidade com as características especificadas neste Edital e seus anexos:

1.2

ITEM	OBJETO	VALOR
01	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	R\$ 5.125,468,75
Total		R\$ 5.125,468,75

1.3 Os serviços serão executados no *Campus* Porto Velho Calama, no endereço descrito no rodapé, conforme este Edital e seus anexos e as normas técnicas pertinentes.

1.4 O Projeto Básico de Engenharia, que inclui os arquivos contendo as Plantas (desenhos), Planilhas e outros arquivos, referentes ao objeto deste RDC Eletrônico estarão à disposição das empresas interessadas na Comissão Especial de Licitação, localizada no endereço citado no subitem anterior.

1.4.1 As licitantes deverão trazer algum tipo de mídia removível, no qual serão gravados os arquivos acima referidos ou solicitar via e-mail através do endereço eletrônico **ccl.portovelhocalama@ifro.edu.br**

2. DA DATA E HORÁRIO DO CERTAME

2.1. A sessão pública do RDC, na forma eletrônica, terá início com a divulgação das propostas de preços recebidas e início da etapa de lances, no endereço eletrônico, dia e horário abaixo discriminados:

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasgovernamentais.gov.br

DATA: 09/11/2017

HORÁRIO: 09:30h (Horário de Brasília)

UASG: 158345

2.2. Todos os horários estabelecidos neste edital, aviso e Sessão Pública observarão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Presidente da Comissão em contrário.

3. DO FUNDAMENTO LEGAL, DA FORMA DE EXECUÇÃO, DO MODO DE DISPUTA, DO REGIME DE CONTRATAÇÃO E DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3.1. A presente licitação reger-se-á pelo disposto neste Edital e seus Anexos, pela Lei nº 12.462, de 05 de Agosto de 2011, e pelo Decreto nº 7.581 de 11 de outubro de 2011;

3.2. Fundamento legal: § 3º do Art. 1º, da Lei Nº 12.462 de 2011;

3.3. Forma de Execução da Licitação: **Eletrônico**;

3.4. Modo de Disputa: **Aberto/Fechado**;

3.5. Regime de Execução: **Empreitada por preço unitário por item**;

3.6. Critério de julgamento: **Maior desconto global**.

4. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

4.1. Os pedidos de esclarecimentos de dúvidas referentes ao Edital e seus Anexos deverão ser solicitados à COMISSÃO, até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, preferencialmente:

4.1.1. via sistema eletrônico, e-mail, ccl.portovelhocalama@ifro.edu.br. Os esclarecimentos prestados serão estendidos a todos os interessados.

4.1.1.1. As respostas de Impugnação interposta serão recebidas, em até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública para ter sua aceitação válida.

4.1.1.2. Os interessados deverão, sempre que possível, consultar o sistema COMPRAS GOVERNAMENTAIS para verificar a existência de mensagens/esclarecimentos/avisos do Presidente da Comissão, não sendo responsabilidade do Campus Calama a alegação de desconhecimento em virtude do não acompanhamento das publicações.

4.2. A IMPUGNAÇÃO do Edital e de seus Anexos deverá ser dirigida à Autoridade que assinou o Edital, mediante petição a ser enviada, preferencialmente, para o endereço eletrônico: ccl.portovelhocalama@ifro.edu.br, até 05 (cinco) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da licitação.

4.2.1. A IMPUGNAÇÃO feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão a ela pertinente, devendo, por conseguinte, encaminhar sua PROPOSTA por meio do sistema eletrônico, até a data e hora marcadas para abertura da sessão.

4.2.2. Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital o interessado que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o quinto dia útil que anteceder à data de realização da licitação, hipótese em que a comunicação do suposto vício não poderá ser aproveitada a título de recurso. Essa comunicação será recebida apenas como mera informação.

4.2.3. Aquele que impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório, será denunciado pelo crime tipificado no art. 93 da Lei 8.666/1993;

4.3. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório será definida e publicada nova data para realização do certame.

5. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

5.1. Poderão participar deste RDC os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por meio do site www.Compras.Governamentais.gov.br.

5.1.1. O cadastramento com habilitação parcial do licitante no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de que trata a IN nº 02/2010 - SLTI - MPOG é válido como parte dos requisitos mínimos da contratação.

5.1.2. O cadastramento com habilitação no SICAF nos níveis I a VI poderá ser realizado em quaisquer unidades dos órgão/entidades que integram o Sistema de Serviços Gerais - SIASG, localizados nas Unidades da Federação.

5.1.3. A licitante deve ter pleno conhecimento do edital e seus anexos, não podendo alegar, posteriormente, qualquer desconhecimento quanto aos seus termos.

5.1.4. Não poderão participar desta licitação:

- 5.1.4.1. Empresas cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto da licitação;
- 5.1.4.2. Empresas ou sociedades estrangeiras que não funcionem no país;
- 5.1.4.3. Empresas impedidas de licitar ou contratar com a União (art. 7º da Lei nº 10.520/02 e art. 28 do Decreto nº 5.450/05) ou suspensas temporariamente de participar de licitação ou impedidas de contratar com a Administração Pública (Art. 87, III, da Lei nº 8.666/93);
- 5.1.4.4. Empresas proibidas de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 72, § 8º, V da Lei nº 9.605/98;
- 5.1.4.5. Empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- 5.1.4.6. Empresas em processo falimentar, ou insolvência, em recuperação judicial ou extrajudicial;
- 5.1.4.7. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93;
- 5.1.4.8. Em dissolução ou liquidação;
- 5.1.4.9. Que estejam suspensas de licitar ou impedidas de contratar com quaisquer unidades do IFRO;
- 5.1.4.10. Que estejam reunidas em consórcio, que sejam controladas, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 5.2. Quaisquer interessados que se enquadrem nas hipóteses previstas no artigo 9º, da Lei n.º 8.666, de 1993;
- 5.3. Cujos sócios, diretores ou responsáveis técnicos tenham vínculo empregatício com servidor do quadro ATIVO de quaisquer unidades do IFRO;
- 5.4. Que tenham em seu quadro societário, cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo de até 2º grau com servidor do quadro ATIVO de quaisquer unidades do IFRO;
- 5.5. Autora(s) do Projeto Básico/Executivo, não importando se é pessoa física ou jurídica; ou se o autor (a) ou for seu empregado;
- 5.6. Empresas que possuam em seus quadros sócios, diretores responsáveis legais ou técnicos, membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo, comuns aos quadros de outra empresa que esteja participando desta licitação.

6. DO CREDENCIAMENTO NO APLICATIVO LICITAÇÕES

- 6.1. O Credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, no site <http://www.Compras Governamentais.gov.br>.
- 6.2. O Credenciamento do licitante dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
- 6.3. O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante, ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao RDC Eletrônico.
- 6.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ao IFRO Campus Porto Velho Calama, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 6.5. As pessoas jurídicas ou firmas individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema Compras Governamentais.

7. DA OPERACIONALIDADE DA LICITAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

- 7.1. Os trabalhos serão conduzidos por servidor do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia, denominado Presidente da COMISSÃO, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema Compras Governamentais (<http://www.Compras Governamentais.gov.br>) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 7.2. A participação no RDC Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e demais documentos exigidos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 7.3. A informação dos dados para acesso deve ser feita na página inicial do site <http://www.Compras Governamentais.gov.br> na opção “Acesso Identificado”.
- 7.4. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 7.5. Caberá ao prestador de serviço, acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS E DEMAIS INFORMAÇÕES

- 8.1. A licitante deverá encaminhar sua PROPOSTA DE PREÇOS com o VALOR UNITÁRIO, com a identificação de todos os custos unitários, respeitadas as condições definidas pelo art. 40, inciso X, da Lei 8.666/93, com valores expressos em reais, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e hora limites para recebimento, acompanhada das seguintes informações, a serem inseridas no campo INFORMAÇÕES ADICIONAIS do sistema de licitações:
 - a) As propostas deverão ser apresentadas em uma via, digitada, sem rasuras, papel timbrado da firma, assinadas pelo responsável técnico da empresa ou procurador, sobre o nome legível do signatário, contendo carta de apresentação, valor unitário por item da proposta em moeda corrente do país, e constar a planilha orçamentária, o prazo de execução, o prazo de validade e o cronograma físico-financeiro; Em se tratando de maior desconto a proposta deverá ter o desconto linear. (Igual para todos os itens da Planilha);

- b) Quando a proposta de preços for assinada por procurador, deverá ser anexada, também, a procuração (firma reconhecida), juntamente com a cópia autenticada da cédula de identidade do outorgado;
 - c) A planilha orçamentária e o cronograma físico-financeiro deverão ser assinados pelo responsável técnico, pertencente ao quadro da empresa ou por seu representante legal;
 - d) A proposta deverá estar acompanhada da planilha de composição unitária de custos, explicitando todos os componentes do preço unitário como equipamentos, materiais, mão de obra, encargos sociais e taxa de benefícios e despesas indiretas. A comissão poderá, caso julgue necessário, solicitar mais esclarecimentos sobre a composição dos preços propostos para os serviços licitados;
 - e) Os licitantes deverão fornecer relação do quantitativo de pessoal técnico (operários) adequado e disponível para a realização do objeto desta licitação;
 - f) Os licitantes deverão fornecer relação do material a ser utilizado, bem como, uma única marca para cada item e seu respectivo fabricante;
 - g) Deverá apresentar ainda o demonstrativo da composição da taxa de BDI utilizada, sendo OBRIGATÓRIA a indicação de Taxa Percentual positiva para cada um dos itens;
 - h) A relação de preços unitários deverá estar discriminada em algarismo e deverá englobar materiais, mão-de-obra, encargos sociais, ferramentas e equipamentos (inclusive andaimes) assim como o deslocamento dos mesmos, taxa de administração, lucros, tributos, seguros, taxas, emolumentos e quaisquer outras despesas incidentes sobre a obra. Essa relação poderá integrar o orçamento analítico;
 - i) Os custos de administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;
 - j) Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas;
 - k) Os encargos sociais devidos deverão obedecer à legislação vigente, devendo ser consideradas as taxas de leis sociais e riscos do trabalho (Previdência Social; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; Salário – Educação; Serviço Social da Indústria (SESI); Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI); Serviço de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA); Seguro contra os acidentes de trabalho (INSS); Repouso Semanal e Feriados; Auxílio – Enfermidade; Licença – Paternidade; 13º Salário; Dias de Chuva, faltas justificadas na obra, outras dificuldades, acidentes de trabalho, greves, falta ou atraso na entrega de materiais ou serviços; Depósito por despedida injusta; Férias (indenizadas); Aviso Prévio (indenizado); Equipamentos de Proteção Individual; Seguro de Vida e acidentes em grupo; Refeições; Vale Transporte), calculadas de modo a exprimir suas incidências e reincidências, e de acordo com as unidades praticadas nas composições de custos unitários, considerando-se a execução da Obra na cidade de Porto Velho Calama (RO);
 - l) Deverão constar, também, nas propostas os dados necessários para contatos e emissão da Nota de Empenho ou Contrato, tais como: razão social, CNPJ, endereço completo, CEP, TELEFONE, FAX (quando houver), e-mail (quando houver), dados bancários (nome do banco, número da agência e número da conta corrente) e dados do representante legal (nome, CPF, identidade, estado civil, nacionalidade, profissão, endereço residencial e cargo na empresa), não sendo, no entanto, a falta dessas informações motivo para desclassificação das propostas;
 - m) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias consecutivos. Caso o prazo de validade não esteja expressamente indicado na proposta, considerar-se-á o prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos para efeito de julgamento da mesma;
 - n) Declaração de que a licitante atende aos requisitos de habilitação, da forma como está disposto no caput do art. 16 do Decreto nº 7.581/2011;
 - o) Os licitantes que se enquadrem como microempresa ou empresa de pequeno porte deverão apresentar também declaração de seu enquadramento, como dispõe o § 1º do art. 16 do Decreto nº 7.581/2011;
 - p) Na formulação da proposta, o licitante deve considerar todos os custos necessários à fiel execução do contrato conforme as condições estabelecidas neste edital e em seus anexos.
- 8.2. Tendo em vista as definições e obrigações contidas neste Edital e seus Anexos, a licitante deverá considerar na sua proposta que a Fiscalização do Contrato estará sediada na cidade de Porto Velho, onde serão executadas as obras/serviços e onde é sede da Reitoria, que possui quadro técnico especializado (Engenheiro Civil, Arquiteto e Técnicos em Edificação) pertencente à Diretoria de Infraestrutura do IFRO.
- 8.3. A licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução das obras/serviços, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação.
- 8.4. É de inteira responsabilidade da licitante obter dos órgãos competentes, informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas para o fornecimento objeto desta licitação, nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária, ou outras correlatas.
- 8.5. Se admitido pelo sistema de licitações COMPRAS GOVERNAMENTAIS, até a abertura da sessão a licitante poderá retirar ou substituir a PROPOSTA DE PREÇOS anteriormente apresentada.
- 8.6. As propostas deverão ser formalizadas de acordo com as especificações explicitadas no Projeto Básico de Engenharia e seus anexos, integrantes da presente licitação, o que, não ocorrendo, implicará na desclassificação da proposta.
- 8.7. Não serão aceitas propostas enviadas por telex, fac-símile ou e-mail.
- 8.8. O orçamento unitário por item estimado para o objeto da licitação será tornado público apenas e imediatamente após a

adjudicação do objeto de acordo com o disposto no artigo 9º do Decreto 7.581/2011.

8.8.1. O preço proposto para a realização dos serviços objeto deste certame não poderá ser superior ao valor orçado pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.

8.9. Após a divulgação do edital no endereço eletrônico, a licitante deverá encaminhar, EXCLUSIVAMENTE por meio do sistema eletrônico, proposta de preços com os respectivos anexos, se for o caso, formulada de acordo com o Projeto Básico e demais especificações e anexos até a data e hora marcadas para a abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.

8.10. A licitante deverá consignar para o objeto em relação ao qual deseja enviar proposta, em campo adequado do sistema eletrônico, os valores unitários por item, em moeda corrente nacional, já considerados os tributos, fretes, tarifas e demais despesas decorrentes da execução do objeto.

8.11. Não será admitida desistência da proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente, aceito pela Comissão.

8.12. Os preços total e unitário propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração dos mesmos, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9. DO TRATAMENTO DAS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADOS

9.1. No caso de participação de microempresas ou empresa de pequeno porte será observado o disposto na Lei Complementar nº 123/06, notadamente os seus arts. 42 a 49.

9.1.1. O enquadramento como microempresa - ME ou empresa de pequeno porte - EPP dar-se-á nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123/06.

9.1.2. No caso de participação de sociedade cooperativa com receita bruta igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, em conformidade com as disposições do art. 34 da Lei nº 11.488/07 e do art. 3º, § 4º, VI da Lei Complementar nº 123/06, a sociedade cooperativa receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06 às ME/EPP.

9.1.3. A pessoa física ou o empresário individual enquadrados nos limites definidos pelo art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 receberá o mesmo tratamento concedido pela Lei Complementar nº 123/06, às ME/EPP.

9.2. A fruição dos benefícios licitatórios determinados pela Lei Complementar nº 123/06 independe da habilitação da ME/EPP ou equiparado para a obtenção do regime tributário simplificado.

9.3. Os licitantes que se enquadrarem nas situações previstas no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, e não possuírem quaisquer dos impedimentos do § 4º do artigo citado deverão apresentar declaração de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, nos termos da Lei Complementar (Art. 11 do Decreto nº 6.204/07).

9.3.1. A não apresentação da declaração de ME/EPP e equiparado importará na renúncia ao tratamento consagrado na Lei Complementar nº 123/06.

10. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO

10.1. No dia e horário definidos neste Edital e no sistema de licitações COMPRAS GOVERNAMENTAIS, o Presidente da COMISSÃO abrirá a sessão pública na INTERNET com a utilização de sua chave e senha de acesso e procederá o que se segue:

a) Abertura e verificação da PROPOSTA quanto às especificações e demais exigências deste Edital e seus Anexos;

10.2. Não será classificada para a fase de lances a proposta que:

a) deixar de apresentar quaisquer das informações ou documentos pertinentes e exigidos no subitem 8.1 deste Edital;

b) apresentar qualquer oferta de vantagem baseada nas propostas das demais licitantes ou de qualquer outra natureza, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.3. A desclassificação da PROPOSTA será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real pelas licitantes.

10.4. O sistema ordenará as PROPOSTAS automaticamente classificadas pela COMISSÃO, sendo que somente estas participarão da fase de lances. A PROPOSTA de maior vantajosidade será a de maior desconto unitário por item, ofertado para a execução do objeto da licitação.

10.5. Classificadas as propostas, o Presidente da COMISSÃO dará início à fase competitiva no horário determinado, quando então, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

10.6. Aberta a etapa competitiva, os representantes das licitantes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado a participante será imediatamente informada de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

10.7. O sistema eletrônico informará o valor mínimo entre os lances que corresponderá a 1% (um por cento) da diferença entre os valores das duas propostas de maior vantajosidade classificadas para a etapa competitiva (anterior à fase dos lances).

10.8. Será admitida a apresentação de lances intermediários durante a disputa. Serão considerados intermediários os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido ofertado e registrado no sistema pela própria licitante.

10.8.1. Não será permitido cobrir o maior desconto por desconto irrisório, sendo obrigatória a apresentação de lances com intervalo mínimo aplicado no item 10.7, tanto com relação às propostas de cada licitante, como também com relação à melhor proposta, no caso de o lance intentar cobrir o menor preço.

10.9. Os lances de mesmo valor serão classificados conforme a ordem de apresentação.

10.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a licitante desistente às sanções previstas neste Edital e na legislação.

10.11. Durante o transcurso da sessão pública, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance

registrado. O sistema não identificará o autor dos lances às demais participantes.

10.12. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Presidente da COMISSÃO. Fica desde já determinado neste instrumento que esse TEMPO NORMAL inicial de envio de lances será de no mínimo 30 (trinta) minutos.

10.13. Caso as propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta detentora do melhor lance de empresa que não se enquadre como microempresas ou empresas de pequeno porte, será assegurada a essas últimas à mesma a preferência de contratação, respeitando o seguinte:

- a) Encerrado o tempo randômico, o sistema identificará automaticamente a existência de situação de empate ficto das propostas de preços, informando o nome da microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b) O Presidente da COMISSÃO, através do Compras Governamentais, convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontra em situação de empate para apresentar novo lance, inferior ao menor lance registrado, no prazo máximo de cinco minutos, sob pena de preclusão;
- c) Durante o período, apenas a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada poderá registrar o novo lance. Neste novo lance não será obrigatória a observância do intervalo mínimo estabelecido no item 10.7 do edital;
- d) Não havendo manifestação da microempresa ou da empresa de pequeno porte convocada nos termos do subitem precedente, o sistema verificará se há outra licitante em situação de empate, realizando a convocação de forma automática;
- e) No caso em que a empresa vencedora do certame tenha sido convocada nos termos da alínea “b” deste item e a disputa já tiver sido encerrada, porém tendo esta empresa sido desclassificada por não atender aos requisitos previstos no edital, e uma outra microempresa ou empresa de pequeno porte ainda se encontre em situação de empate, o Presidente da COMISSÃO deverá convocá-la, manualmente, via chat de mensagens, para oferta de novo lance;
- f) Não havendo mais nenhuma microempresa ou empresa de pequeno porte em situação de empate, o sistema emitirá mensagem, cabendo ao Presidente da COMISSÃO dar encerramento à disputa;

10.14. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública e dos procedimentos constantes do subitem precedente, se for o caso, o Presidente da COMISSÃO poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital e seus Anexos.

10.15. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10.16. Caso declarado vencedora da etapa de lances, a licitante ME ou EPP deverá juntamente com a sua documentação de Habilitação comprovar o seu enquadramento na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, por meio do contrato ou estatuto social, devidamente registrado na Junta Comercial, ou outro(s) documento(s) expedido(s) por órgão oficial.

10.17. Nas situações onde duas ou mais licitantes apresentem Proposta de Preços com o mesmo Valor unitário por item, e estes não sofram alteração após a etapa de lances, será adotado como critério de desempate o previsto no artigo 39 do Decreto nº 7.581/2011, inclusive com apresentação de nova proposta fechada a ser entregue em sessão pública em horário e data a serem informados pelo Presidente da Comissão no sistema Compras Governamentais.

10.18. No caso de desconexão do Presidente da COMISSÃO no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

10.19. Quando a desconexão do Presidente da COMISSÃO persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação às licitantes, no endereço eletrônico <http://www.ComprasGovernamentais.gov.br>.

10.19.1. A COMISSÃO irá analisar e decidir, acerca da possibilidade de suspender a licitação, caso verifique transtornos ou impedimentos ao bom andamento da etapa competitiva do certame.

10.20. De acordo com o disposto no caput do art. 46 do Decreto nº 7.581/2011, apenas a licitante detentora da proposta mais vantajosa, obtida após a fase dos lances, deverá encaminhar os documentos citados no item 11 deste Edital.

10.21. A COMISSÃO poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro do Campus Porto Velho ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, que se efetivará através de documento que integrará o processo, para orientar-se na sua decisão.

10.22. Objetivando concluir a análise detalhada da conformidade das propostas, a COMISSÃO poderá exigir da licitante ofertante do maior desconto:

10.22.1. A apresentação de planilha de composição dos custos unitários ofertados por item e subitem com o referido preço já aplicado;

10.22.2. Caso haja divergência entre o preço unitário apresentado na planilha da licitante e aquele apresentado na composição de custos, prevalecerá sempre esse último, mas não poderá alterar o valor total da proposta apresentada, por objeto;

10.22.3. A apresentação da relação da marca e do modelo dos materiais considerados na composição dos custos ofertados, quando houver necessidade de diligência pela COMISSÃO ou comprovação de exequibilidade.

10.22.4. Não será permitida a contratação do objeto com valor superior ao preço de referência estabelecido pela Administração com base no SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e s da Construção Civil da Caixa Econômica Federal, Composições de custos unitárias e na Coleta de Preços no Mercado Local, conforme planilha constante DOS ANEXOS – PROJETO BÁSICO/EXECUTIVO:

ITEM	OBJETO	VALOR
01	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	R\$ 5.125,468,75

Total	R\$ 5.125,468,75
--------------	-------------------------

11. DA HABILITAÇÃO

11.1. Para habilitação na licitação, exigir-se-á dos interessados documentação relativa à:

- 11.1.1. Habilitação Jurídica;
- 11.1.2. Qualificação econômico-financeira;
- 11.1.3. Regularidade fiscal;
- 11.1.4. Regularidade trabalhista;
- 11.1.5. Qualificação técnica e
- 11.1.6. Documentação complementar.

11.2. Documentos relativos à habilitação jurídica:

11.2.1. Inscrição do empresário individual no Registro Público de empresas mercantis a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

11.2.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público das sociedades empresárias a cargo da Junta Comercial da respectiva sede e/ou se tratando de sociedades empresárias e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.2.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização, para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

11.2.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.2.5. Em caso de cooperativas: a) Inscrição do ato constitutivo, acompanhada de prova dos responsáveis legais; b) Registro na Organização das Cooperativas Brasileiras ou na entidade estadual, se houver; c) Ata de Fundação; d) Estatuto Social com a ata da assembleia que o aprovou; e) Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia que os aprovou; f) Editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e g) Ata da sessão em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação (art. 19, § 3º da IN SLTI/MPOG Nº 02/08).

11.2.6. Os documentos previstos no item 11.2 poderão ser substituídos pela Declaração emitida pelo SICAF, que, obrigatoriamente deverá constar o nível de cadastro correspondente, devidamente atualizado.

11.3. Documentos relativos à qualificação econômico-financeira:

11.3.1. Certidão negativa de falência, insolvência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor judicial da sede do licitante pessoa jurídica ou empresário individual;

11.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, para todas as empresas, incluindo-se as que possuem SICAF com índices acima de 1,00 a fim de se verificar a relação de compromissos assumidos;

11.3.2.1. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

11.3.2.1.1. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima): registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; e publicados em Diário Oficial; e publicados em jornal de grande circulação; ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

11.3.2.1.2. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

11.3.2.1.3. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996 – Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”: Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

11.3.2.1.4. Sociedade criada no exercício em curso: por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

11.3.2.1.5. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

11.3.3. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

11.3.4. A comprovação exigida no item anterior deverá ser feita da seguinte forma:

a) No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa;

b) No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta

Comercial e, no caso de sociedades simples (cooperativas), no cartório competente.

11.3.5. A boa situação financeira será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), **maiores que** 1 (um), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial e apurados mediante consulta on-line, no SICAF:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

11.3.5.1. As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço;

11.3.5.2. Caso o memorial não seja apresentado, a Comissão reserva-se o direito de efetuar os cálculos;

11.3.5.3. É obrigatória a apresentação do capital social da empresa através do balanço patrimonial vigente, juntamente com o documento em apreço, o memorial de cálculo correspondente;

11.3.6. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

11.3.7. Para todas as licitantes: o licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente, deverá comprovar que possui patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total da contratação;

11.3.8. Para todas as licitantes: certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou na omissão desta, expedida a menos de sessenta dias contados da data da sua apresentação;

11.3.9. Apresentar relação de compromissos de obras/reformas assumidas, declarando que possui disponibilidade financeira para a realização do objeto deste Edital, nos termos do § 4º, do artigo 31, da Lei 8.666/93.

11.3.10. Para a verificação da capacidade operativa ou absorção da disponibilidade financeira da licitante, será verificado a soma das obras a executar com o objeto deste RDC, o Patrimônio Líquido não poderá ser inferior a 10% desta soma.

11.3.11. Os documentos previstos no item 11.3 poderão ser substituídos pela Declaração emitida pelo SICAF, que, obrigatoriamente deverá constar o nível de cadastro correspondente, devidamente atualizado.

11.4. Documentos relativos à Regularidade Fiscal:

11.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ), através de cartão emitido pelo site da Secretaria da Receita Federal;

11.4.2. Prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do LICITANTE, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível como o objeto contratual;

11.4.3. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, mediante a apresentação da Certidão de Regularidade do FGTS - CRF, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;

11.4.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débito - CND, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;

11.4.5. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal (Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual e Municipal (certidões negativas de tributos estaduais e municipais) do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente na forma da lei;

11.4.6. As ME/EPP e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição (art. 43 da LC nº 123/06).

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art.43, §1º, da LC nº 123/06);

b) A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento posterior ao julgamento das propostas, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal. (art. 4º, § 2º, do Decreto 6.204/07);

c) A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, nos termos da Seção “DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA”, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

11.4.7. Regularidade cadastral junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela CGU (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo CNJ (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

11.4.8. Os documentos previstos no item 11.4 poderão ser substituídos pela Declaração emitida pelo SICAF, que, obrigatoriamente deverá constar o nível de cadastro correspondente, devidamente atualizado.

11.5. Documentos relativos à Regularidade Trabalhista:

a) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

11.6. Documentos relativos à Qualificação Técnica:

11.6.1. Certidão de Registro e Quitação, no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA, da empresa licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s), ou Conselho de Arquitetura- CAU da região a que estiverem vinculados.

a) Caso a licitante tenha sede em outro Estado da Federação, deverá comprovar o visto do CREA/RO no verso da Certidão, conforme Resolução CONFEA nº 336/89. A comprovação aqui estabelecida deverá ser realizada apenas pela licitante vencedora quando da assinatura do respectivo contrato.

11.6.2. Comprovação de vínculo da licitante de possuir em seu quadro permanente, na data da licitação, de profissionais de nível superior com formação em Engenharia Civil e Engenharia Elétrica, detentores de atestado(s) de responsabilidade técnica, devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de Acervo Técnico — CAT, expedidas por esses Conselhos, que comprove(m) ter o(s) profissional(is), executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresa privada, obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, não se admitindo atestado(s) de fiscalização ou supervisão e/ou coordenação da execução de obras/serviços, cujas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo são as seguintes:

COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO
1	OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS
1.1	Execução de Estrutura em Concreto Armado
1.2	Execução de Alvenaria de Vedação
1.3	Execução de Estrutura Metálica para Cobertura
1.4	Execução de Telhamento em telha Metálica Trapezoidal
1.5	Execução de Piso Industrial
1.6	Execução de Instalações Elétricas
1.7	Execução de Instalações SPDA
1.8	Execução de Instalações Hidrossanitária
1.9	Execução de Instalações de PCI

11.6.3. A comprovação do vínculo profissional será efetuada mediante a apresentação, de cópia autenticada da ficha de registro de empregado, com o respectivo carimbo do Ministério do Trabalho; registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, Contrato de Prestação de Serviços ou, ainda, qualquer outro meio admitido pela legislação

pertinente. Para os dirigentes de empresas, tal comprovação poderá ser feita através de cópia da Ata da Assembleia em que se deu sua investidura no cargo ou, ainda, do contrato social. Os profissionais indicados pela empresa (Engenheiro Civil) e (Engenheiro Eletricista) somente poderão participar como responsáveis técnicos por apenas 1 (uma) empresa, sendo inabilitadas as licitantes que mencionarem o mesmo profissional para esta função;

11.6.4. Comprovação da capacidade técnica operacional da LICITANTE por meio da apresentação de Atestado(s) de capacidade técnica-operacional devidamente registrado(s) no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão (ões) de Acervo Técnico - CAT, expedida(s) por esses Conselhos, que comprove(m) que a licitante tenha executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, obras/serviços de características técnicas similares às do objeto da presente licitação, cujas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo são as que seguem abaixo, de modo que será admitido o somatório de atestados, limitado ao máximo de 02 (dois), para comprovar cada item isoladamente, conforme os quantitativos mínimos exigidos a seguir:

COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA EXECUÇÃO DO OBJETO		
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADES
1	OBRA DE CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	MÍNIMAS
1.1	Execução de Estrutura em Concreto Armado	97,80 m ³
1.2	Execução de Alvenaria de Vedação	701,38 m ²
1.3	Execução de Estrutura Metálica para Cobertura	933,07 m ²
1.4	Execução de Telhamento em telha Metálica Trapezoidal	903,75 m ²
1.5	Execução de Piso Industrial	864,60 m ²
1.6	Execução de Instalações Elétricas	Simple Comprovação
1.7	Execução de Instalações SPDA	Simple Comprovação
1.8	Execução de Instalações Hidrossanitária	Simple Comprovação
1.9	Execução de Instalações de PCI	Simple Comprovação

• Demonstração dos Valores mínimos Exigidos:

- Execução de Estrutura em Concreto Armado, 25 Mpa – no mínimo 97,80 m³, sendo este correspondente à 40,00% da quantidade total licitada. A licitante então deverá comprovar que executou esse quantitativo em um único ou na soma de dois contratos.
- Execução de Alvenaria de Vedação – no mínimo 701,38 m², sendo este correspondente à 50,00% da quantidade total licitada. A licitante então deverá comprovar que executou esse quantitativo em um único ou na soma de dois contratos.
- Execução de Estrutura Metálica para Cobertura – no mínimo 933,75 m², sendo este correspondente à 30,00% da quantidade total licitada. A licitante então deverá comprovar que executou esse quantitativo em um único ou na soma de dois contratos.
- Execução de Telhamento em Telha Metálica Trapezoidal – no mínimo 903,75 m², sendo este correspondente à 30,00% da quantidade total licitada. A licitante então deverá comprovar que executou esse quantitativo em um único ou na soma de dois contratos.
- Execução de Piso Industrial – no mínimo 864,60 m², sendo este correspondente à 30,00% da quantidade total licitada. A licitante então deverá comprovar que executou esse quantitativo em um único ou na soma de dois contratos.
- Execução de Instalações Elétricas – neste item não foi solicitada quantidade mínima, sendo necessário apenas que a licitante comprove que executou objeto semelhante ao licitado, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica com as

devidas CAT (Certidão de Acervo Técnico).

g) Execução de Instalações SPDA – neste item não foi solicitada quantidade mínima, sendo necessário apenas que a licitante comprove que executou objeto semelhante ao licitado, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica com as devidas CAT (Certidão de Acervo Técnico).

h) Execução de Instalações Hidrossanitárias – neste item não foi solicitada quantidade mínima, sendo necessário apenas que a licitante comprove que executou objeto semelhante ao licitado, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica com as devidas CAT (Certidão de Acervo Técnico).

i) Execução de Instalações PCI – neste item não foi solicitada quantidade mínima, sendo necessário apenas que a licitante comprove que executou objeto semelhante ao licitado, mediante a apresentação de atestados de capacidade técnica com as devidas CAT (Certidão de Acervo Técnico).

11.6.5. Declaração de que o(s) responsável (eis) técnico (s) detentor (ES) do (s) atestado (s) referido (s) no item 11.6.2 será (ao) responsável (eis) pela execução das obras objeto da presente licitação, com informação do (s) respectivos (s) nome (s), C P F, nº CREA;

11.7. Com vistas a obter subsídios para elaboração de suas propostas, a vistoria ao local é facultada aos licitantes, onde os interessados se inteirarão das condições e grau de dificuldades existentes que poderão afetar o custo e as exigências de ordem técnica para a execução do objeto licitado, inclusive quanto aos horários e atividades permitidas ou toleradas, quanto ao transporte horizontal e vertical de materiais equipamentos, quanto à utilização de escadas e áreas comuns, quanto à manutenção da higiene e limpeza das áreas comuns, quanto à produção de ruídos, quanto ao trânsito e identificação de seus funcionários, enfim quanto a todas as questões que de alguma forma possam interferir com o desenvolvimento dos serviços a serem executados, não sendo aceitas alegações posteriores de desconhecimento das mesmas.

11.7.1. A vistoria será acompanhada por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira das 9 às 18 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (69) 2182 – 8904 – Coordenação de Serviços Gerais.

11.7.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo até o (segundo) dia útil anterior à data prevista para abertura da Sessão Pública.

11.7.3. Para a vistoria, o licitante ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentado documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

11.7.4. A empresa licitante, a seu critério, poderá declinar da vistoria sendo, neste caso, necessário apresentar, como Documentação de Habilitação, declaração formal assinada pelo responsável técnico, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumido total responsabilidade por esta declaração. Aos licitantes que comparecerem à Visita Técnica será fornecido atestado a ser juntado à Documentação de Habilitação, nos termos do Inciso III, do Artigo 30, da Lei nº 8.666/93 de 21/06/93.

11.8. Declaração de que a licitante tem ciência da existência da Legislação Brasileira Sobre Meio Ambiente, comprometendo-se a adequar seus procedimentos às exigências dos órgãos que regulamentam a matéria, assumindo a responsabilidade, sem ônus para o IFRO, por danos motivados pelo não cumprimento às normas vigentes.

11.8.1. O (s) profissional (is) indicado pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverá (ão) participar das obras e serviços objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissional (is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pelo Campus Porto Velho Calama.

11.8.2. Nos atestados em que a licitante conste como consorciada serão considerados, para fim de atestado das parcelas de relevância técnica e valor significativo, as quantidades definidas como executadas única e exclusivamente pela licitante ou, caso essas não sejam mencionadas, as quantidades apuradas proporcionalmente ao seu percentual de participação financeira no consórcio. Caso não conste expressamente o percentual ou a definição das quantidades executadas única e exclusivamente pela licitante na documentação, o atestado não será considerado.

11.8.3. Os atestados e respectivas Certidões de Acervo Técnico - CAT para comprovação da aptidão Técnico-Operacional somente serão aceitas se estiverem em nome da licitante, salvo nos casos de fusão, cisão, incorporação/aquisição integral, ficando vedada qualquer forma disfarçada que traga embutida em si o objetivo de capacitar a licitante a participar e ser habilitada na licitação, tais como: aumento de capital com a utilização de acervo técnico pertencente à empresa que esteja em situação jurídico-financeira que a impossibilite de participar diretamente do certame. Nesses casos deverão ser apresentados os documentos comprobatórios, contendo todas as condições dessas transações, em especial no que se referirem ao acervo técnico, e que deverão ser consideradas na presente licitação. A não apresentação ou omissão de toda a documentação necessária para a análise das propostas será motivo de inabilitação da licitante, pois não poderá ser incorporada posteriormente.

11.8.4. Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, para comprovação da aptidão Técnico-Operacional da licitante, cessão de tecnologia ou instrumentos de natureza similar entre a licitante e terceiros, mesmo que esses sejam pertencentes a um mesmo grupo econômico, ou cujos (s) Responsável (eis) sejam os mesmos da licitação.

11.8.5. As características qualitativas exigidas no item 11.6.4 não precisam constar simultaneamente em uma mesma obra. Será admitida a apresentação de até 02 (dois) atestado para cada característica qualitativa que comprove a experiência requerida da empresa em obras e serviços, desde que complete as características quantitativas mínimas exigidas.

11.8.6. Planilhas de Preços elaboradas com base nas informações contidas no orçamento do IFRO, respeitando os mesmos serviços e quantitativos;

11.8.7. Composição dos Preços Unitários apresentados nas planilhas de preços;

11.8.8. Composição da Taxa de Encargos Sociais para horistas e mensalistas;

11.8.9. Composição da Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas- BDI adotada, adotando-se como limite máximo o percentual informado nos anexos constantes no Projeto Básico de Engenharia;

- 11.8.10. Cronograma Físico-Financeiro conforme Anexo do Projeto de Engenharia do IFRO;
- 11.8.11. Cronograma de Permanência de Máquinas, Veículos e Equipamentos, de acordo com a necessidade para atendimento do Cronograma Físico-Financeira da obra. A relação desses recursos materiais deverá estar em consonância com os projetos e memoriais descritivos, ou seja, não poderão ser apresentados insuficientes ou especificados para realização das obras e serviços;
- 11.8.12. Declaração de Elaboração Independente de Proposta (instrução Normativa SLTI/MP nº 02. De 16/09/2010).
- 11.9. Sob pena de inabilitação, no que couber, todos os documentos apresentados para habilitação deverão estar:
- 11.9.1. Em nome da licitante, com número do CNPJ e endereço respectivo:
- 11.9.1.1. se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz; ou
- 11.9.1.2. se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;
- 11.9.1.3. serão dispensados da filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, quando estes deverão ser apresentados;
- 11.9.1.4. os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome e com CNPJ da matriz e/ou da(s) filial (ais) da licitante;
- 11.9.2. Datados dos últimos 60 (sessenta) dias, quando não tiver prazo estabelecido pelo órgão/empresa competente expedidor (a); e:
- 11.9.2.1. Não se enquadram no prazo de que trata este item os documentos que, pela própria natureza, não apresentam prazo de validade, como por exemplo, os atestados de capacidade (responsabilidade) técnica.
- 11.10. Os documentos exigidos neste RDC poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório competente ou por membro da COMISSÃO ou publicação em órgão da imprensa oficial.
- 11.10.1. Os documentos serão autenticados pela COMISSÃO, a partir do original, até 24 horas anteriores ao início ao procedimento licitatório.
- 11.10.2. Serão aceitas somente cópias legíveis;
- 11.10.3. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam ilegíveis ou rasuradas; e
- 11.10.4. A COMISSÃO reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que julgar necessário.
- 11.11. Documentações complementares e observações:
- 11.11.1. Declaração de Inexistência de fato superveniente impeditivo de sua participação na presente licitação, nos termos do art. 32, § 2º da Lei nº 8.666/93, conforme sugere o modelo DOS ANEXOS – Declaração de inexistência de fato superveniente e aceitação integral das condições do edital;
- 11.11.2. Declaração expressa de aceitação integral de todas as condições do presente edital, assinada pelo titular da empresa licitante, conforme sugere o modelo DOS ANEXOS – Declaração de inexistência de Superveniente e aceitação integral das condições do edital;
- 11.11.3. Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme sugere o modelo DOS ANEXOS – Declaração de não emprego de menores;
- 11.11.4. Declaração de enquadramento como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparado, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, quando for o caso.
- 11.11.5. Certidão simplificada de Registro na Junta Comercial do Estado da licitante, emitida nos últimos 60 (sessenta) dias, que tenham especificado como objetivo social da empresa, atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- 11.11.6. Comprovação de Disponibilidade Financeira Líquida (DFL), que medirá o valor até o qual a licitante possui capacidade de contratar, e devendo ser igual ou superior ao orçamento oficial estimado pelo IFRO para os serviços objeto da presente licitação, caso contrário, a licitante será inabilitada. Será calculada pela seguinte fórmula:

$$\text{Onde: } DFL = (n \times CFA) - Va$$

12

DFL = Disponibilidade Financeira Líquida

n = prazo em meses estipulado para a execução dos serviços objeto deste Edital

CFA = Capacidade Financeira Anual.

Va = somatório dos valores residuais dos contratos ora a cargo da licitante, calculado a partir dos saldos contratuais correspondentes ao mês da proposta de cada contrato.

11.11.7. Os valores residuais serão apropriados "pro-rata" aos "n" meses de execução contratual nos casos em que os prazos residuais dos contratos em andamento ultrapassarem o prazo de execução estipulado para o objeto em Licitação.

11.11.8. A pessoa que assinar os documentos exigidos na documentação complementar prevista neste item deverá comprovar que detém poderes para agir em nome do licitante.

11.11.9. Ao licitante regularmente inscrito no SICAF será dispensada a apresentação dos documentos de habilitação referentes aos níveis de cadastro em que tenha obtido o registro regular.

11.11.10. Não serão aceitos documentos rasurados ou ilegíveis.

11.11.11. Para fins de habilitação, serão aceitas certidões expedidas pelos órgãos da administração fiscal, tributária e trabalhista emitidas pela internet, nos termos do art.35 da Lei nº 10.522/02.

11.11.12. Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão ser apresentados:

a) Na forma prevista em lei, e quando não houver regulamentação específica, deverão sempre ser apresentados em nome do

licitante e com o número do CNPJ;

b) Em nome da matriz, se o licitante for a matriz;

c) Em nome da filial, se o licitante for a filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, forem emitidos somente em nome da matriz;

d) Em original, em publicação da imprensa oficial ou em cópia autenticada por cartório ou por servidor qualificado da Comissão de Licitação;

11.11.13. Comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça de Trabalho, mediante apresentação de certidão negativa e/ou positiva com efeito negativa, emitida EXCLUSIVAMENTE pelo TST, nos termos do Título VII - A da consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 01º de maio de 1943 e conforme o determinado na Lei nº 12.440 de 07/07/2011, sendo que em tal ocasião a COMISSÃO verificará “online” a validade da mesma.

11.11.14. Para a habilitação, as ME/EPPS deverão apresentar toda a documentação. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis (prorrogável por igual período, desde que solicitado por escrito pela licitante e aceito pela COMISSÃO, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente ME ou EPP for declarada vencedora do certame, após etapa de lances e desempate, se ocorrer, para a regularização da documentação, e emissão de eventuais certidões válidas.

11.11.15. Todos os documentos de habilitação emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, e também devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos. Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.

11.11.16. As declarações apresentadas pela licitante, necessárias a sua habilitação, deverão estar emitidas em papéis timbrados dos Órgãos ou Empresas que as expediram com telefones para contato.

11.11.17. O representante legal que assinar, pela empresa licitante, os documentos exigidos por este Edital, deverá estar credenciado para esse fim, e comprovar essa condição se a Comissão de Licitação assim vier a exigir.

11.11.18. Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

11.11.19. Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

11.11.19.1. Registrados e arquivados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; e

11.11.19.2. Publicados em Diário Oficial; e

11.11.19.3. Publicados em jornal de grande circulação; ou

11.11.19.4. Por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

11.11.20. Sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA):

11.11.20.1. Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou

11.11.20.2. Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

11.11.21. Sociedades sujeitas ao regime estabelecido na Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996 - Lei das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte “SIMPLES”:

11.11.21.1. Por fotocópia do livro Diário, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, ou

11.11.21.2. Por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

11.11.22. Sociedade criada no exercício em curso:

11.11.22.1. Por fotocópia do Balanço de Abertura, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

11.11.23. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

11.11.24. Constatado o atendimento às exigências previstas neste Edital, o licitante será declarado habilitado.

12. DO ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO VIA SISTEMA COMPRAS GOVERNAMENTAIS

12.1. A proposta ajustada ao lance final da licitante classificada e os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, inclusive, quando houver necessidade, os anexos deverão ser remetidos EXCLUSIVAMENTE via sistema Compras Governamentais, em conformidade com o art.13º, inc.II, do Decreto nº 5.450/05.

12.1.1. A proposta atualizada e as planilhas de composição de preços unitários e globais, Cronograma, detalhamento BDI e detalhamento das Leis Sociais e demais documentos pertinentes deverão ser enviados EXCLUSIVAMENTE via sistema Compras Governamentais em prazo razoável a ser definido pelo Presidente da Comissão.

12.1.2. Após o envio da proposta e das planilhas de composição de preços, será efetuada nova convocação de anexos para envio de todos os documentos de habilitação, inclusive os relativos ao acervo técnico e atestados de capacidade técnica, sendo obrigatório o envio dos mesmos via sistema Compras Governamentais no prazo de em prazo razoável a ser definido pelo Presidente da Comissão, contado a partir da segunda solicitação da comissão via sistema Compras Governamentais, durante a realização da sessão para aprovação dos documentos solicitados no item referente à habilitação.

12.2. Serão consideradas inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

a) média aritmética dos valores das propostas superiores a cinquenta por cento do valor do orçamento previamente estimado

pelo Campus Calama;

b) valor do orçamento previamente estimado pelo Campus Calama;

12.2.1. A COMISSÃO promoverá diligência de forma a conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta. Nesta hipótese, licitante deverá demonstrar que o valor da proposta é compatível com a execução do objeto licitado no que se refere aos custos dos insumos e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos unitários.

12.2.2. A análise de exequibilidade da proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na proposta.

12.3. Para efeito de avaliação da economicidade da proposta, o valor máximo que o Campus Porto Velho Calama admite pagar para a execução dos serviços objeto desta licitação, é o unitário por item previamente estimado a ser divulgado após a Adjudicação do Objeto nos termos do caput do Artigo 9º do Decreto 7.581/2011, devidamente ajustado de acordo com o seguinte critério.

12.3.1. Os preços unitários máximos que o Campus Porto Velho Calama admite pagar para a execução do objeto desta licitação são os definidos em seu orçamento de referência.

12.3.2. No cálculo do valor da proposta, poderão ser utilizados os custos unitários dos itens materialmente relevantes das propostas não podendo exceder os custos unitários estabelecidos no orçamento estimado pelo Campus Porto Velho Calama, observando-se que serão considerados itens materialmente relevantes àqueles que representem pelo menos oitenta por cento do valor total do orçamento estimado ou que sejam considerados essenciais à funcionalidade da obra ou do serviço de engenharia.

12.3.3. Caso a proposta e demais documentos apresentados pela empresa classificada em primeiro lugar não seja aprovada pelo Campus Porto Velho Calama, será (ão) convocado(s) na ordem de classificação os demais classificados até que se obtenha proposta aprovada.

12.3.4. Serão convocadas as licitantes subsequentes em ordem de classificação, quando a PROPOSTA DE PREÇOS do primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificada por permanecer acima do valor do orçamento previamente estimado.

12.3.5. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento de requisitos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a Proposta será desclassificada.

12.3.6. Se a proposta ou lance de maior desconto não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências habilitatórias, a COMISSÃO examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda este Edital. Também nessa etapa o Presidente da COMISSÃO poderá negociar com a licitante para que seja obtido melhor preço.

12.4. No caso de ocorrer atraso na entrega dos documentos exigidos neste edital, sem as justificativas aceitas pela COMISSÃO, ou na hipótese de apresentação daqueles em desacordo com as especificações previstas neste Edital, a licitante estará sujeita às sanções previstas neste Edital, podendo ser convocada outra licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, depois de comprovados os requisitos habilitatórios, e realizada a negociação, ser convocada para celebração do contrato.

12.5. A natureza das planilhas de Composição dos Custos Unitários, do BDI e dos Encargos Sociais é meramente auxiliar. Para preservar proposta mais vantajosa, se a Comissão verificar que a composição dos preços apresentada não atende integralmente ao exigido ou que contenha erros que não comprometam a proposta, poderá exigir que o licitante a corrija ou complemente, detalhando melhor os componentes, tais como: materiais, mão de obra, ferramentas/equipamentos, BDI e encargos sociais.

12.6. Saneamento de Falhas Formais:

a) Eventuais falhas, omissões ou defeitos formais nos documentos apresentados pela Licitante, referentes à Proposta Comercial, poderão ser relevados ou sanados pela Comissão, mesmo que para tanto seja necessária a realização de diligência;

b) Consideram-se falhas, omissões ou defeitos formais aqueles que (1) não desnaturem o objeto do documento apresentado, e que (2) permitam aferir, com a devida segurança, a informação constante do documento;

c) Quando do saneamento de falhas, omissões ou defeitos formais, não será aceita a inclusão de documento obrigatório, nos termos deste Edital, originalmente ausente na documentação apresentada pela Licitante;

12.7. Quando do envio dos documentos de habilitação via sistema Compras Governamentais, se o anexo for muito grande e não couber no sistema, encaminhar via e-mail: ccl.portovelhocalama@ifro.edu.br.

12.8. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias a licitante será declarada a vencedora do certame e, não havendo interposição de recurso, a COMISSÃO encaminhará o processo à Autoridade Competente, que deliberará acerca da adjudicação do objeto à vencedora, bem como quanto à homologação da licitação.

13. DO ENVIO DOS DOCUMENTOS ORIGINAIS

13.1. A licitante detentora da proposta mais vantajosa, obtida após a fase dos lances deverá entregar no prazo de 03 (três) dias úteis, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de realização da licitação, os documentos originais ou cópias autenticadas da PROPOSTA DE PREÇOS ajustada ao valor arrematado e os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no Edital.

13.2. Os documentos deverão ser encaminhados à COMISSÃO, em um envelope FECHADO, o qual deverá conter as seguintes indicações:

DOCUMENTAÇÃO: HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO RDC ELETRÔNICO Nº XX/2017 - Campus Porto Velho Calama

OBJETO DO RDC

RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE/NÚMERO DO CNPJ DA LICITANTE

NOTA: Este envelope contém XXXX folhas de documentos, incluindo o índice.

13.3. Preferencialmente, os documentos que compõe o ENVELOPE deverão ser entregues com suas folhas devidamente numeradas e rubricadas e precedidas de uma folha índice (também numerada) onde deverá constar: 1 – item do Edital a que se refere o documento; 2 – nome (identificação) do documento apresentado; 3 – número da folha onde se encontra tal documento.

13.4. Os documentos de cada envelope deverão ser entregues encadernados em espiral contínua ou grampeados ou então presos por qualquer outro meio que impossibilite a soltura de qualquer documento dos demais.

13.5. Poderão ser apresentados documentos originais e/ou cópias, no caso de cópias, as mesmas deverão ser autenticadas por tabelião ou por servidor da COMISSÃO à vista do original.

14. DOS RECURSOS

14.1. Declarado o vencedor, a comissão abrirá prazo para manifestação da intenção de recorrer, a qual é um direito assegurado a qualquer licitante, mesmo a aquele que foi desclassificado antes da fase de disputa, em prazo razoável a ser definido pelo Presidente da Comissão, a partir da declaração de vencedor para apresentação no sistema Compras Governamentais do Registro da Intenção de Recurso, em campo adequado ao mesmo. Ou seja, divulgada a decisão da COMISSÃO, em face do ato de julgamento (declaração do vencedor), se dela discordar, qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer da declaração do vencedor.

14.2. As licitantes desclassificadas antes da fase de disputa também poderão manifestar a sua intenção de interpor recurso.

14.3. Manifestada a intenção de recorrer, a licitante terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar as razões do recurso, ficando as demais licitantes, se assim desejarem, apresentar contrarrazões em igual prazo, contudo a partir do término da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

14.4. Caso necessário, as razões e contrarrazões, se não puderem ser anexadas ao Sistema de Compras Governamentais, poderão ser interpostos junto à COMISSÃO e entregue, mediante protocolo, no Gabinete da Direção Geral do Campus Porto Velho Calama, em dias úteis, em horário comercial local.

14.5. Os autos do processo permanecerão no órgão com vista franqueada aos interessados, sendo que em relação à pesquisa de preços e definição do valor estimado, estas folhas poderão ser retiradas dos autos do processo pela Comissão, conforme sua decisão, para melhor proteger os interesses do Campus Porto Velho Calama.

14.6. O(s) recurso(s), porventura interposto(s), via sistema, terá (ão) efeito suspensivo e será (ão) dirigido(s) à Autoridade Competente, por intermédio da comissão, o qual poderá reconsiderar sua decisão, em 05 (cinco) dias úteis ou, nesse mesmo período, encaminhá-lo(s) à Autoridade Competente, devidamente informado(s), para apreciação e decisão, no mesmo prazo, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

14.7. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.8. Decididos os recursos, a Autoridade Competente fará a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, e homologará o procedimento licitatório.

14.9. Não será concedido prazo para recursos meramente protelatórios.

14.9.1. Será considerado protelatório o recurso, quando não for manifestada a intenção imediata de recorrer e/ou não for indicado o motivo.

14.10. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

14.11. Finalizada a fase recursal e definido o resultado de julgamento, o Campus Porto Velho Calama poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado.

14.11.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

14.12. O recurso interposto em desacordo com as condições deste Edital e seus Anexos não será conhecido.

14.13. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos será excluído o dia de início e incluir-se-á o do vencimento.

14.13.1. Os prazos previstos neste Edital e seus Anexos iniciam e expiram exclusivamente em dia de expediente administrativo no âmbito do Campus Porto Velho Calama.

15. DA CONTRATAÇÃO

15.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por instrumento de contrato, conforme minuta constante nos ANEXOS deste Edital, celebrado entre o Instituto Federal de Rondônia, e a licitante vencedora, que observará os termos da Lei nº 8.666/93, deste Edital e das demais normas pertinentes.

15.2. A licitante vencedora terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da devida convocação, para celebrar o referido contrato, do qual farão parte o Edital, incluídos os seus Anexos, e as respectivas propostas. Em caso de recusa injustificada, ser-lhe-á aplicado o disposto na alínea “b” do subitem 22.6.2.2.2

15.3. Se a licitante vencedora não assinar o termo de contrato no prazo estabelecido, é facultado ao Campus Porto Velho Calama convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação para o respectivo item, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto aos preços, ou revogar a licitação, independentemente da cominação prevista na alínea “b” do subitem 22.6.2.2.2.

15.4. O contrato resultante da presente licitação só terá validade e eficácia depois de publicado, por extrato, no “Diário Oficial

da União”, de conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei no 8.666/93.

15.5. A publicação resumida do instrumento de contrato e de seus eventuais aditamentos, no DOU, será providenciada e custeada pela Administração, mediante remessa à Imprensa Nacional do texto do extrato a ser publicado até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para que ocorra efetivamente no prazo de vinte dias contados da mencionada remessa.

15.6. Antes da celebração do instrumento de contrato, a comprovação de regularidade do cadastramento e habilitação parcial no SICAF será verificada pela Administração, por meio de consulta “on-line” ao sistema, devendo seu resultado ser impresso e juntado ao processo.

15.7. No caso da licitante apresentar irregularidade no seu cadastramento e habilitação parcial no SICAF, a assinatura do contrato PODERÁ ficar suspensa até a devida regularização por parte da licitante, observando-se o prazo para aplicação de multas pertinentes, OU o Campus Porto Velho Calama poderá convocar o licitante subsequente na ordem de classificação, para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente.

15.8. A Contratada obriga-se a manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições apresentadas durante o certame.

16. **DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

16.1. Consignadas no item 09 do Termo de Referência.

17. **DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

17.1. Consignadas no item 10 do Termo de Referência.

18. **DA FISCALIZAÇÃO**

18.1. Todos os trabalhos terão constante acompanhamento e fiscalização do INSTITUTO FEDERAL DE RONDÔNIA, através de no mínimo, 02 (dois) fiscais do IFRO ou prepostos qualificados tecnicamente, devidamente designados para este fim, de forma a constatar se os serviços estão de acordo com as necessidades e exigências contidas dentro do Termo de Referência e Cronograma Físico-financeiro.

18.2. A equipe de fiscalização deverá fazer minucioso acompanhamento de execução e se detectado algo imprevisível ou em desacordo com o projeto ou planilha licitado, os mesmos deverão se manifestar a qualquer momento para a Diretoria de Engenharia ou o Gestor do Contrato do IFRO para solicitar o de acordo ou autorizo do Ordenador de Despesas e ciência da Assessoria Jurídica, ocorrendo antes, durante e após a execução total ou parcial da obra até a emissão do termo de entrega definitivo expedido por este Instituto.

18.3. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade ou, ainda, resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica em corresponsabilidade do IFRO ou de seus agentes e prepostos, em consonância com os artigos 69 e 70 da Lei 8.666/93.

18.4. A Contratada Responderá apenas as orientações e determinações da Comissão de Fiscalização legalmente designada através de portaria específica, não sendo admitida qualquer interferência de terceiros na execução do Objeto. Qualquer orientação, sugestão, modificação, alteração, inserção ou supressão no Objeto contratado é de responsabilidade da Comissão de Fiscalização.

18.5. Qualquer orientação, sugestão, modificação, alteração, inserção ou supressão no Objeto contratado que não foi submetido a aprovação da Comissão de Fiscalização, será desconsiderada. Sendo que os custos que por ventura surgirem, serão de responsabilidade da Contratada.

18.6. A CONTRATANTE se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, os serviços ora contratados, prestados em desacordo com o presente Edital e respectivo contrato, sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, rejeitar materiais em desacordo com as especificações técnicas.

18.7. As determinações e as solicitações formuladas pelo representante da CONTRATANTE, encarregado da fiscalização do contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, ou nesta impossibilidade, justificadas por escrito.

18.8. A licitante vencedora deverá indicar preposto, a ser submetido à aprovação do Campus Porto Velho Calama, durante o período de vigência do contrato, para representá-la sempre que for necessário.

18.9. A licitante vencedora deverá manter no local da obra, durante a sua execução, 01 (um) engenheiro residente ou técnico em edificações habilitado, em tempo integral, inscrito no CREA e aceito pelo Campus Porto Velho Calama, que na ausência do responsável técnico, se não for o próprio, para representá-la sempre que for necessário.

18.10. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante do Campus Porto Velho Calama deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

18.11. A licitante vencedora providenciará e manterá Diário de Obra, onde serão anotadas todas as ocorrências, conclusão de eventos, atividades em execução formais, solicitações e informações diversas que, a critério das partes, devam ser objeto de registro.

18.11.1. O Diário de Obra deverá ter capa resistente, todas as suas páginas numeradas em ordem sequencial, em 03 (três) vias, e rubricadas e identificadas pelo fiscal.

18.11.2. Ao final de cada etapa da obra, o referido Diário deverá ser entregue a fiscalização, sendo de propriedade da Administração do Campus Porto Velho Calama.

18.12. O representante do Campus Porto Velho Calama anotará no Diário de Obra, fornecido pela licitante vencedora, todas as

ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

18.12.1. Caberá ao responsável técnico da licitante vencedora o seu preenchimento. Diariamente será dada ciência do preenchimento do Diário à Unidade encarregada da fiscalização dos serviços que, após efetuar no Diário as anotações mencionadas no caput da presente condição, destacará a primeira via de cada página, para seu controle e arquivo. A segunda via será destacada e arquivada pela licitante vencedora, ficando a terceira via no próprio Diário de Obra.

19. DA GARANTIA CONTRATUAL

19.1. Será exigida a prestação de garantia pela Administração, como condição para a celebração do contrato, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, devendo ser apresentada 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do Contrato, após a assinatura do contrato, optando por uma das seguintes modalidades:

19.1.1. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

19.1.2. Seguro-garantia; ou

19.1.3. Fiança bancária.

19.1.4. O prazo previsto no subitem 19.1 poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação escrita e justificada da adjudicatária e aceita pela Coordenação de Contratos e Convênios do Campus Porto Velho Calama, devendo ser apresentada durante o período de vigência do prazo inicial.

19.2. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Agência do banco do Brasil, segundo o Decreto-Lei nº 1.737, de 20 de dezembro de 1979 e Decreto 93.872, de 23 de dezembro de 1986, mediante depósito identificado a crédito do Campus Porto Velho Calama.

19.3. Caso a opção seja por utilizar título da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

19.4. A garantia prestada por fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ser renovada anualmente, no mesmo percentual estipulado no subitem 19.1, devidamente atualizada.

19.5. A garantia, se prestada na forma de fiança bancária ou seguro-garantia, deverá ter validade de 90 dias após o término da vigência do contrato, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetivada no contrato.

19.6. No caso de seguro-garantia deverá ser realizada a entrega da apólice, inclusive digital, emitida por empresa em funcionamento no Brasil, legalmente autorizada, sendo o Campus Porto Velho Calama o único beneficiário do seguro.

19.7. A garantia deverá ser integralizada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração para acréscimo de objeto.

19.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária deverão constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do art. 827 e 835 do Código Civil.

19.9. No caso de fiança bancária, esta deverá ser fornecida por estabelecimento bancário, devidamente registrado em cartório de registro de títulos e documentos, conforme determinado pela Lei 6.015/73, art. 129 e deverá vir acompanhada de:

19.9.1. Cópia autenticada do estatuto social do banco;

19.9.2. Cópia autenticada da ata da assembleia que elegeu a última diretoria do banco;

19.9.3. Cópia autenticada do instrumento de procuração, em se tratando de procurador do banco;

19.9.4. Reconhecimento de firmas das assinaturas constantes da carta de fiança.

19.10. É vedada qualquer cláusula de exceção, principalmente em relação à garantia das verbas trabalhistas e previdenciárias, nas garantias apresentadas na forma de fiança bancária ou seguro-garantia.

19.10.1. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente pela CONTRATANTE, em pagamento de multa que tenha sido aplicada à CONTRATADA esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data em que tiver sido notificada.

19.10.2. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após o perfeito e integral cumprimento do contrato, que somente será assim considerado quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes à mão de obra utilizada.

19.10.3. Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas e previdenciárias decorrentes da contratação não seja comprovada até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência do contrato, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas diretamente pelo Campus Porto Velho Calama.

19.10.4. A perda da garantia em favor do Campus Porto Velho Calama, em decorrência de rescisão unilateral do contrato, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.

19.10.5. Será exigida garantia adicional, configurando-se a hipótese prevista do § 2º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993.

20. DO PAGAMENTO

20.1. A forma e instruções para medição e orientação para o pagamento encontram-se discriminadas no Item 15: Critérios de Medição e Pagamento, do Termo de Referência.

20.1.1. Somente após o atesto da Fiscalização poderá a Contratada emitir Nota Fiscal – NF, que deverá ser acompanhada de toda documentação solicitada no item 15 do Termo de Referência.

20.2. O pagamento das notas fiscais APTAS AO PAGAMENTO (escoimadas de quaisquer erros ou inconsistências), será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, de sua contabilização junto ao SIAFI OPERACIONAL.

20.3. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta- corrente, na agência e

estabelecimento bancário indicado pela Contratada.

20.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por culpa da Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios, apurados a partir do 31º dia após a data de contabilização do documento de cobrança até a data do efetivo pagamento, assim entendida como a data de emissão da Ordem Bancária para pagamento, devendo ser equivalente a 6% ao ano, conforme a fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = (6/100)/365$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

20.5 A compensação financeira prevista nesta Condição será incluída na fatura/nota fiscal seguinte ao da ocorrência.

20.6 No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, estes serão restituídos à Contratada para as correções necessárias no prazo de 5 (cinco) dias, sendo devolvidos no mesmo prazo, não respondendo a Contratante por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação dos pagamentos correspondentes.

20.7 Serão retidos na fonte, quando do pagamento, os tributos e contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com a legislação vigente. O ISQN/ISS será retido no valor total da nota fiscal, ou no percentual que a legislação municipal assim o exigir.

20.8 A Administração não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada, que por ventura não tenha sido acordada na assinatura do contrato.

20.9 A Administração poderá descontar eventuais multas que tenham sido impostas a empresa contratada.

21. DO PREÇO E DO REAJUSTAMENTO

21.1. Os preços contratuais, em reais, poderão ser reajustados pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC, utilizado para obras de Construção Civil, apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas, após decorrido 01(um) ano do mês base da proposta, que deverá ser o mesmo do orçamento preestabelecido, nos termos do art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192, de 14/02/01, sendo o índice inicial referente ao mês do Orçamento base da proposta.

21.2. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas que ultrapassem o período mencionado e caso o adimplemento da obrigação das parcelas a realizar não estejam atrasadas por culpa da contratada conforme cronograma físico-financeiro aprovado pelo IFRO.

21.3. Os reajustes dos preços unitários contratuais serão calculados pela seguinte fórmula:

$$R = \frac{I_i - I_o}{I_o} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento procurado

I_o = Índice de preço verificado no mês do orçamento

I_i = Índice de preço referente ao mês de reajustamento

V = Valor a preços iniciais da parcela do contrato de obra ou serviço a ser reajustado.

21.4. Os critérios para correção monetária, serão os estabelecidos na Lei Nº. 10.192 de 14 de fevereiro de 2001.

21.5. Os índices serão aqueles apurados e fornecidos pela Fundação Getúlio Vargas para o setor da Construção Civil, em vigor, ou, em caso de sua eventual extinção será adotado aquele oficialmente aplicado para o setor e que resulte em maior viabilidade econômica para a Administração.

21.6. Para itens de contrato que necessitem ser reajustados por mais de um índice, as parcelas que compõem esses itens deverão ser desmembrados passando cada parcela a ser corrigida pelo seu respectivo índice.

22. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

22.1. O inadimplemento por parte da Contratada de qualquer das disposições contidas neste edital e no contrato, implicará na sua rescisão e/ou suspensão do pagamento relativo aos serviços já executados, a critério do Contratante, independentemente de qualquer procedimento judicial, sem prejuízo das penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93 e do Decreto 12801/2017 (Cadastro de Inadimplência do Departamento de Obras e Serviços Públicos – CINAD). Nesse contexto, destacam-se as seguintes infrações:

22.2. Retardar injustificadamente o início dos trabalhos por mais de 10 (dez) dias, da data do recebimento da Ordem de Serviços, autorizando o início dos mesmos:

22.2.1. Interromper os serviços por mais de 10 (dez) dias consecutivos, sem justo motivo;

22.2.2. Ocasional atraso de mais de 30 (trinta) dias na entrega da obra, salvo conveniência do Contratante, na continuidade dos mesmos, quando então, aplicar-se-ão as penalidades pertinentes;

22.2.3. Deixar de recolher ou integralizar as demais garantias, bem como não pagar as multas nos prazos fixados;

22.2.4. Deixar de utilizar os equipamentos de proteção individual e equipamentos de proteção coletiva (EPI e EPC);

22.3. Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o Campus Porto Velho Calama poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva à Contratada, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

22.4. Poderá a Contratada, ainda, responder por qualquer indenização suplementar no montante equivalente ao prejuízo excedente que causar, na forma do Parágrafo Único, do artigo 416, do Código Civil;

22.5. Pela inexecução total ou parcial do contrato ou instrumento equivalente, o Campus Porto Velho Calama poderá, ainda, garantir a defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666/93, conforme o caso, a saber:

22.5.1. Advertência:

22.5.1.1. É o aviso por escrito, emitido quando a Contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido pelo Gestor/Fiscal do contrato ou servidor responsável pelo recebimento do objeto da licitação, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou em assinar o contrato, nos seguintes casos:

- a) Quando se tratar de execução de serviços, caso seja identificado atraso superior a 15 (quinze) dias no cumprimento das metas em relação ao cronograma físico aprovado, não justificado pela Contratada;
- b) Quando a licitante descumprir qualquer outra obrigação atinente ao objeto da licitação, sendo a advertência registrada e fundamentada em documento específico;
- c) Nas hipóteses de má execução da obra ou de fornecimento irregular de equipamento e/ou materiais não atendendo ao previsto neste Edital e seus anexos.

22.5.2. Multa:

22.5.3. É a sanção pecuniária que será imposta à Contratada, pelo Ordenador de Despesas do Campus Porto Velho Calama, por atraso injustificado na execução do objeto da licitação ou inexecução do mesmo, sendo esta parcial ou total, e será aplicada nos seguintes percentuais:

- Nos casos de atrasos:

- a) 0,3 % (três décimos de atraso até o 20º, a partir do 2º dia de atraso até o 20º, a partir do 21º dia de atraso será considerado motivo para a rescisão contratual).
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor total contratado, por descumprimento do prazo de entrega do objeto da licitação, sem prejuízo na aplicação da alínea “a”.

- No caso de Subcontratação não autorizada:

- a) 15 % (quinze por cento) sobre o valor total contratado, em caso de subcontratação não autorizada pelo Campus Porto Velho Calama;

- Nos casos de recusa ou inexecução:

- a) 15% (quinze por cento) sobre o valor a ser contratado em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo Campus Porto Velho Calama ou inexecução parcial do objeto da licitação, calculado sobre a parte inadimplente;
- b) 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado, pela inexecução total do objeto da licitação ou descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

22.5.4. A multa será executada após regular processo administrativo, oferecido à Contratada a oportunidade do contraditório e ampla defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do parágrafo 3º do artigo da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

- a) Mediante desconto no valor das parcelas devidas à Contratada; e
- b) Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- c) Mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

22.6. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado- IGPM ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Campus Porto Velho Calama ou cobradas judicialmente. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

22.6.1. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado;

- a) O atraso na execução do objeto da licitação não superior a 05 (cinco) dias; e
- b) A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

22.6.2. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.

22.6.2.1. Persistindo o atraso por mais de 30 (trinta) dias, será aberto Processo Administrativo com o objetivo de anulação da nota de empenho e/ou rescisão unilateral do contrato, exceto se houver justificado interesse do Campus Porto Velho Calama em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias.

22.6.3. Suspensão:

22.6.3.1. É a sanção que impede temporariamente a Contratada de participar de licitação e de contratar com a Administração, e suspende o registro cadastral da Contratada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com

os prazos a seguir:

I – Por até 5 (cinco) anos, quando a Contratada:

- a) Apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem. Vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) Praticar atos ilícitos visando a frustra os objetivos da licitação;
- c) Receber qualquer das multas prevista e não efetuar o pagamento.

II – São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

- a) O setor responsável pelas licitações do IFRO, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório;
- b) A autoridade máxima da Instituição, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução do objeto da licitação, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato ou qualquer documento hábil que venha substituí-lo.

22.7. Pela inexecução total ou parcial da obra, a Contratada, além da perda das cauções e demais garantias prestadas, estará sujeita a multa compensatória de 10% (dez por cento) do preço global ora ajustado. As multas moratórias e compensatórias serão autônomas, a aplicação de uma não excluindo a outra, ambas independentes e cumulativas.

22.8. A aplicação de penalidades no âmbito do Campus Porto Velho Calama é regida pela Portaria GAB/Reitoria nº 1.037 de 06/07/2015.

23. DA RESCISÃO DO CONTRATO

23.1. São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666/93:

- 23.1.1. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
 - 23.1.2. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
 - 23.1.3. A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão do serviço, nos prazos estipulados;
 - 23.1.4. O atraso injustificado no início do serviço;
 - 23.1.5. A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
 - 23.1.6. A subcontratação total ou parcial, acima do limite estabelecido neste edital, do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no contrato;
 - 23.1.7. O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
 - 23.1.8. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666/93;
 - 23.1.9. A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
 - 23.1.10. A dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
 - 23.1.11. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
 - 23.1.12. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
 - 23.1.13. A supressão, por parte da Administração, de serviços, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;
 - 23.1.14. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
 - 23.1.15. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
 - 23.1.16. A não liberação, por parte da Administração, do objeto para execução do serviço, nos prazos contratuais;
 - 23.1.17. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato;
 - 23.1.18. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- 23.2. Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- 23.3. A rescisão do contrato poderá ser:
- 23.3.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
 - 23.3.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
 - 23.3.3. Judicial nos termos da legislação.
- 23.4. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- 23.5. Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XII a XVII do Art. 78 da Lei 8.666/93, sem que haja culpa da

CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:

23.5.1. Devolução da garantia;

23.5.2. Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.

23.6. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

24. **DA REVOGAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

24.1. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

24.2. A revogação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

25. **DA ANULAÇÃO DO PROCEDIMENTO**

25.1. A Administração, de ofício ou por provocação de terceiros, deverá anular o procedimento quando eivado de vício insanável.

25.2. A anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

25.3. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

25.4. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dependam, ou seja, consequência do ato anulado.

25.5. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

25.6. A nulidade do contrato administrativo opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

25.6.1. A nulidade do contrato não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

25.7. Nenhum ato será declarado nulo se do defeito não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

26. **DA VISTORIA DO LOCAL DA OBRA**

26.1. A licitante que optar por realizar vistoria deverá apresentar declaração que vistoriou o local onde será executada a obra objeto deste RDC para inteirar-se das condições e do grau de dificuldades existentes, com o agendamento prévio, ou apresentar declaração que não efetuou vistoria, mas aceita todas as condições do edital.

26.2. O agendamento da visita deverá ser efetuado junto a Coordenação de Serviços Gerais do Campus Porto Velho Calama, que designará servidor para este fim, pelos telefones (69) 2182-8915. A vistoria poderá ser feita até 02 (dois) dias antes da data e horários marcados para abertura da licitação.

26.3. O servidor designado para acompanhar a licitante durante a visita assinará também a Declaração conforme modelo descrito no ANEXO – DECLARAÇÃO DE VISITA OU NÃO VISITA AO LOCAL DA OBRA.

26.4. Para a vistoria, o licitante (ou o seu representante legal) deverá possuir formação adequada, devido à complexidade dos serviços objeto desta licitação, bem como apresentar o documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para esse fim (vistoria);

26.5. A licitante que optar por NÃO efetuar vistoria, deverá apresentar declaração de que não a efetuou e que concorda com todas as condições apresentadas no Edital e seus anexos, devendo informar o objeto e número da licitação (DOS ANEXOS – DECLARAÇÃO DE VISITA OU NÃO VISITA AO LOCAL DA OBRA).

26.6. A licitante que efetuar vistoria, sem acompanhamento do servidor do Campus Porto Velho Calama designado para este fim, deverá apresentar a declaração que não efetuou vistoria, conforme determinado no item anterior.

26.7. A Contratada, independente da realização de vistoria, ao participar deste processo concorda com todos os termos e valores constantes do Projeto Básico/Executivo, Memorial Descritivo, Planilha de Formação de Preços e demais documentos que constituem o objeto deste Contrato e fazem parte do Edital, conforme art. 102, § 6º, inciso III da LDO 2013 e art. 13, inciso II do Decreto 7.983/2013.

26.8. A Contratada arcará com eventuais erros de planilhas que não prejudiquem a Administração, vedado o ajuste ou 'jogo de planilha' para compensar em algum item o erro de outro item.

26.9. Caso seja verificado a posteriori algum erro de planilha que prejudique a Administração, será realizado o devido ajuste, não podendo realizar ajuste nos demais itens, evitando-se assim o 'jogo de planilha'.

27. **DOS PRAZOS**

27.1. A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias a contar da data prevista no preâmbulo deste Edital para recebimento e início da abertura das 'Proposta' e 'Documentação'.

27.2. Em casos excepcionais o Contratante poderá, antes de expirado o prazo original de validade da Proposta, solicitar aos Concorrentes uma prorrogação específica no prazo de validade, que deverá ser a mínima necessária para concluir a avaliação das propostas, obter aprovações necessárias e adjudicar o objeto do contrato. Neste caso, a solicitação e as respostas serão feitas

por escrito (carta, fax, telegrama ou correio eletrônico).

27.2.1. O Concorrente poderá recusar-se a estender o prazo de validade da proposta, sem que resulte na execução de sua Garantia de Proposta.

27.2.2. É vedado ao Concorrente que concordar com a prorrogação, modificar a proposta, devendo providenciar a prorrogação da correspondente Garantia.

27.3. Nos contratos com preço fixo, caso o Contratante solicite mais de uma extensão do período de validade da Proposta e o Concorrente concordar, o preço inicial do Contrato será atualizado pelo Índice Nacional da Construção Civil – INCC.

27.3.1. O fator de correção deverá ser aplicado sobre o período entre o último dia do prazo original de validade da Proposta e a data da Notificação de Adjudicação ao Concorrente vencedor.

27.4. Decorridos 60 (sessenta) dias da data do recebimento e início da abertura da sessão eletrônica, sem a solicitação de prorrogação ou a convocação de que trata as condições deste Edital, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

27.5. Todos os prazos informados no presente Edital, a menos que explicitamente indicados, entendem-se como estabelecidos em dias consecutivos. Os Prazos máximos de vigência e execução do contrato se darão da seguinte forma:

Item	Objeto	Execução	Vigência
01	CONSTRUÇÃO DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	12 meses	15 meses

27.5.1. O prazo previsto no item 27.4, poderá ser excepcionalmente prorrogado, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela administração do Campus Porto Velho Calama.

27.6. O prazo de garantia da obra não poderá ser inferior a 05 (cinco) anos, contado do Termo de Recebimento Definitivo da obra a ser emitido por Comissão designada pela autoridade competente.

27.7. Caso os prazos de que tratam as condições anteriores não estejam expressamente indicados na proposta, esses serão considerados como aceitos.

28. DO TERMO DE CONTRATO

28.1. Sem prejuízo do disposto na Lei 12.462/2011, Decreto 7581/2011 e nos Capítulos III e IV da Lei 8.666/93, o contrato referente à execução das obras será formalizado e conterà, necessariamente, as condições já especificadas neste Ato Convocatório e seus Anexos.

28.2. As obrigações decorrentes da presente licitação constarão de contrato a ser firmado com a adjudicatária tendo por base este Edital, seus Anexos e a proposta apresentada, atendidas as normas vigentes.

28.3. Após a homologação deste certame, a adjudicatária terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da data de sua convocação por escrito para assinatura do Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art.81 da Lei 8.666/93.

28.4. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada da Adjudicatária e aceita pela Administração.

28.5. Antes da celebração do contrato, a Administração realizará consulta on-line ao SICAF e ao CEIS, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

28.6. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 da Lei nº 8.666, de 1993.

28.7. A recusa injustificada do licitante classificado em primeiro lugar para assinar o contrato, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após devidamente convocado, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, o que implicará na aplicação das sanções previstas no presente Edital.

28.8. A Contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do § 1º do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 1993, observado o art. 13, II do Decreto 7.983/2013

28.8.1. O Contratado concorda com a integralidade dos projetos constantes neste edital de licitação e as alterações contratuais sob alegação de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares do projeto não poderão ultrapassar, no seu conjunto, dez por cento do valor total do contrato, computando-se esse percentual para verificação do limite previsto no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

28.9. A Contratada deverá manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

28.10. Correrão por conta da Contratada todas as despesas que incidirem ou venham a incidir sobre o Contrato.

28.11. Caso uma microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora da licitação e haja alguma restrição na comprovação da sua regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado vencedor do certame (encerramento da fase de habilitação), prorrogáveis por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

28.11.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento posterior ao julgamento da documentação da habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal para a abertura da fase recursal.

28.11.2. A prorrogação do prazo previsto neste subitem deverá sempre ser concedida pela Administração quando requerida pelo licitante, a não ser que exista urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho, devidamente justificados.

28.11.3. A não-regularização da documentação no prazo previsto no § 1º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a li citação.

28.11.4. A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do Art. 54 da Lei 8.666/93, combinado com o inciso 12 do Art. 55 do mesmo diploma legal.

28.12. As Subcontratações foram tratadas no item 18 do Termo de Referência.

29. **DOS SEGUROS DE RISCOS DE ENGENHARIA E DE ACIDENTES DE TRABALHO**

29.1. A Contratada deverá providenciar as suas custas, seguros de risco de engenharia e acidentes de trabalho, conforme estabelecido no item 21 do Termo de Referência vigentes sobre todo o período do contrato.

30. **DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA**

30.1. A vigência do contrato será computada em meses, contados a partir da data do início da vigência definida no contrato, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato no Diário Oficial da União (DOU), tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, conforme tabela abaixo:

Prazo de Execução	Vigência do Contrato
12 meses	15 meses

30.2. A vigência poderá ser excepcionalmente prorrogada, quando solicitado pela licitante vencedora, durante o transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, devidamente comprovado e aceito pela administração do IFRO.

31. **DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE E DA LICITANTE VENCEDORA**

31.1. Caberá ao Campus Porto Velho Calama:

31.1.1. Permitir o livre acesso dos empregados da licitante vencedora ao local da obra;

31.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Preposto ou Responsável Técnico da licitante vencedora;

31.1.3. Acompanhar e fiscalizar o andamento da obra, por intermédio da unidade fiscalizadora do Campus Porto Velho Calama;

31.1.4. Rejeitar qualquer serviço executado equivocadamente ou em desacordo com as orientações passa das pelo Campus Porto Velho Calama ou com as especificações constantes deste Edital e dos seus Anexos;

31.1.5. Solicitar que seja refeito o serviço recusado, de acordo com as especificações constantes dos Anexos deste edital;

31.2. Caberá à licitante vencedora:

31.2.1. Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução da obra, tais como:

31.2.1.1. Salários;

31.2.1.2. Seguros de acidente;

31.2.1.3. Taxas, impostos e contribuições;

31.2.1.4. Indenizações;

31.2.1.5. Vales-refeições;

31.2.1.6. Vales-transportes; e

31.2.1.7. Outras que porventura venham a ser criadas e exigidas pelo Governo.

31.2.2. Manter os seus empregados e subcontratados, sujeitos às normas disciplinares do Campus Porto Velho Calama, porém, sem qualquer vínculo empregatício com o órgão;

31.2.3. Manter, ainda, os seus empregados e subcontratados identificados e com os devidos equipamentos de proteção individual, quando em trabalho, devendo substituir em até 24 horas qualquer um deles que seja considerado inconveniente à boa ordem e às normas disciplinares do Campus Porto Velho Calama;

31.2.4. Executar todos os trabalhos com mão de obra qualificada, devendo estar ciente das normas técnicas da ABNT ou outra que couber, correspondente a cada serviço constante da especificação.

31.2.5. Responder pelos danos causados diretamente à Administração do Campus Porto Velho Calama ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do serviço, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Campus Porto Velho Calama;

31.2.6. Responder, também, por quaisquer danos causados diretamente aos bens de propriedade do Campus Porto Velho Calama, quando esses tenham sido ocasionados por seus empregados e subcontratados durante a execução da obra;

31.2.7. Arcar com despesa decorrente de qualquer infração, seja qual for, desde que praticada por seus empregados e subcontratados na obra ou no recinto do Campus Porto Velho Calama;

31.2.8. Assumir inteira e total responsabilidade pela execução do projeto, pela resistência, estanqueidade e estabilidade de

todas as estruturas da obra a executar;

31.2.9. Verificar e comparar todos os projetos fornecidos para execução dos serviços:

31.2.9.1. No caso de falhas, erros, discrepâncias ou omissões, bem, ainda, transgressões às Normas Técnicas, regulamentos ou posturas, caberá à licitante formular imediata comunicação escrita à COMISSÃO antes da abertura da documentação, nos prazos legais.

31.2.9.2. A não comunicação de discordância nos prazos legais, antes da abertura da documentação, implica em concordância com todos os termos e valores constantes no Memorial Descritivo, Projeto Básico/Executivo, Planilha de Quantitativos detalhada e demais itens que constituem o objeto desta licitação e fazem parte deste Edital, de acordo com o art. 102, § 6º, inciso III da LDO 2013 e art. 13, inciso II do Decreto 7.983/2013;

31.2.10. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços efetuados referentes à obra em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais utilizados, no prazo máximo de 5 (cinco) dias ou no prazo para tanto estabelecido pela fiscalização;

31.2.11. Providenciar, por conta própria, toda a sinalização necessária à execução da obra, no sentido de evitar qualquer tipo de acidente;

31.2.12. Remover o entulho e todos os materiais que sobrarem, promovendo a limpeza diária do local da obra, durante todo o período de execução e, especialmente, ao seu final;

31.2.13. Deverá depositar o entulho da construção em local licenciado ambientalmente e previamente autorizado pela Prefeitura local;

31.3. Prestar a garantia em relação aos serviços, exigida pelo presente edital;

31.4. Submeter à aprovação do Campus Porto Velho Calama, antes do início dos trabalhos, a relação nominal de seu pessoal técnico envolvido com a execução da obra;

31.5. Permitir, aos técnicos do Campus Porto Velho Calama e àqueles a quem o Campus Porto Velho Calama formalmente indicar, acesso às suas instalações e a todos os locais onde estiverem sendo estocados materiais relacionados com a obra;

31.6. Fornecer e preencher o Diário de Obra, conforme as condições do presente Edital;

31.7. Comunicar ao Campus Porto Velho Calama, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessário;

31.8. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes da rejeição e substituição/retificação de equipamentos, materiais e serviços pela Unidade fiscalizadora do Campus Porto Velho Calama e pelos atrasos acarretados por essa rejeição;

31.9. Responsabilizar-se por todo transporte necessário à prestação dos serviços contratados, bem como por ensaios, testes ou provas necessários, inclusive refazer serviços executados de má qualidade e rejeita dos pela fiscalização;

31.10. Providenciar, às suas expensas, junto a instituições ou fundações capacitadas para este fim, atestado de similaridade de desempenho dos materiais apresentados, quando do uso de similar ao descrito nas Especificações Técnicas, sempre que a fiscalização do Campus Porto Velho Calama julgar necessário;

31.11. Providenciar, após a assinatura do contrato, num prazo de 15 (quinze) dias a Anotação de Responsabilidade Técnica - ART no CREA/RO, entregando uma via ao Fiscal do Contrato do Campus Porto Velho Calama;

31.12. Exigir de seus subcontratados, se for o caso, cópia da ART dos serviços a serem realizados, apresentando-a a unidade de fiscalização do Campus Porto Velho Calama, quando solicitado;

31.13. Responsabilizar-se pela perfeita execução e completo acabamento dos serviços contratados e subcontratados, obrigando-se a prestar assistência técnica e administrativa necessária para assegurar o andamento conveniente dos trabalhos;

31.14. Submeter à aprovação do Campus Porto Velho Calama, o(s) nome(s) e o(s) dado(s) demonstrativo(s) da respectiva capacidade técnica do responsável técnico que, porventura, venha a substituir o originalmente indicado;

31.15. Entregar o Termo de Garantia dos materiais fornecidos com, no mínimo, 5 (cinco) anos, a contar da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo. A garantia incluirá mão de obra e substituição de peças ou materiais, desde que não fique comprovado tecnicamente o uso inadequado por parte do usuário;

31.16. Submeter à Unidade de fiscalização do Campus Porto Velho Calama, sempre que solicitado, as amostras de todos os materiais a serem empregados nos serviços antes da sua execução;

31.17. Garantir, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, todos os serviços executados, contados a partir da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, conforme artigo 618 do Código Civil Brasileiro;

31.18. Durante o período de garantia, a licitante vencedora deverá, sob pena de ser incluída no cadastro de empresas suspensas de participar em licitação realizada pelo Campus Porto Velho Calama e pela União e demais penalidades prevista na legislação e neste Edital, atender aos chamados do Campus Porto Velho Calama no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contado da comunicação oficial, inclusive por meio eletrônico; a resolução do problema não poderá ultrapassar 15 dias, exceto em caso de urgência ou alta complexidade que o referido prazo será definido pelo Fiscal da obra ou Diretoria de Engenharia do IFRO - Reitoria;

31.19. Indenizar ou restaurar os danos causados às vias ou logradouros públicos;

31.20. Remanejar quaisquer redes ou empecilhos, porventura existentes no local da obra;

31.21. Cumprir cada uma das normas regulamentares sobre medicina e segurança do trabalho;

31.22. Manter, durante toda a execução da obra, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste RDC.

31.23. A apresentar para a apreciação da contratante a(s) empresa(s) que poderá (ão) ser (ão) subcontratada(s).

31.24. Elaborar o PCMAT (Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho) para estabelecimentos com 20 (vinte) ou mais trabalhadores, conforme exige a NR18, além de tudo o que couber e for pertinente as normas relativas a segurança do

trabalho; tais documentos deverão ser entregues ao fiscal do contrato em até 5 dias úteis contados do momento em que se tornar obrigatório.

31.25. Manter quadro de empregados regularizados quanto à legislação trabalhista, devendo apresentar mensalmente, ou quando solicitado pela Contratante, a lista de funcionários contratados comprovando seu vínculo e o cumprimento das obrigações sociais, previdenciárias e trabalhistas, arcando pela responsabilidade do não cumprimento dessas exigências em tempo hábil e:

31.26. Apresentar cópias autenticadas ou originais dos seguintes documentos de comprovação de regularidade, conforme quadro abaixo, no cumprimento de obrigações trabalhistas, em até quinze dias contados da solicitação pela Administração do Campus Porto Velho Calama:

DOCUMENTAÇÕES DE REGULARIDADE TRABALHISTA:

- Cópias do livro de registro;
- Cópias das carteiras de trabalho;
- Certidão Negativa dos Débitos Salariais;
- Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas;
- Declaração de Inexistência de Infrações Trabalhistas à Legislação de Proteção à Criança e ao Adolescente;
- Certidão ou recibo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED;
- CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Comprovação do depósito bancário dos salários e folha de pagamento ou contracheques com devida comprovação de recebimento pelos empregados;
- Guia de recolhimento do INSS;
- Guia de recolhimento do FGTS;
- GFIP (com discriminação dos recolhimentos INSS e FGTS por empregado);
- Listagem, assinada pelos empregados, comprobatória do pagamento do auxílio-alimentação e do vale-transporte.

32. DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS, COMERCIAIS E FISCAIS

32.1. À licitante vencedora caberá, ainda:

32.1.1. Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o Campus Porto Velho Calama nem com o IFRO;

32.1.2. Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido em dependência do Campus Porto Velho Calama;

32.1.3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal, relacionadas à obra, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência; e

32.1.4. Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste RDC.

32.2. A inadimplência da licitante, com referência aos encargos estabelecidos no item 32.1, não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do Campus Porto Velho Calama, nem poderá onerar o objeto deste RDC, razão pela qual a licitante vencedora renúncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com o Campus Porto Velho Calama ou IFRO.

33. DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

33.1. Deverá a licitante vencedora observar, também, o seguinte:

33.1.1. É proibida a contratação de servidor pertencente ao Quadro de Pessoal do Campus Porto Velho Calama ou IFRO, durante a vigência do contrato;

33.1.2. É proibida, também, a veiculação de publicidade acerca do contrato, salvo se houver prévia autorização da Administração do Campus Porto Velho Calama;

34. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

34.1. Caberá à licitante vencedora providenciar, junto ao CREA/RO, a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART relativa aos serviços objeto da presente licitação, de acordo com a legislação vigente.

34.2. Os responsáveis técnicos pelos serviços a serem desenvolvidos deverão ter vínculo formal com a licitante vencedora e deverão ser os indicados na fase de habilitação do certame licitatório.

35. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

35.1. As despesas decorrentes da execução das obras objeto da presente Licitação correrão por conta do orçamento do ano de 2017 do IFRO, conforme Declaração Orçamentária emitida pela DOF - Reitoria.

36. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

36.1. Conforme Item 16 do Termo de Referência.

37. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

37.1. O projeto Básico/Executivo deverá ser implantado observando alguns critérios de sustentabilidade, conforme segue:

37.1.1. Os serviços envolvidos nesta contratação devem considerar critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº. 12.305/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos). Todos os processos

envolvidos na execução desse objeto querem sejam de extração, fabricação, utilização ou descarte de materiais e serviços devem estar revestidos da preocupação com a sustentabilidade ambiental e totalmente de acordo com as imposições normativas editadas pelos órgãos de proteção ao meio ambiente. 38.1.2 Deverão ser observados, na execução dos serviços, os Critérios de Sustentabilidade Ambiental, que trata a Instrução Normativa SLTI/MPOG 01/2010 e demais normas impostas pela legislação vigente, no que couber:

37.1.2. Que os insumos a serem utilizados sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas da ABNT;

37.1.3. Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

37.1.4. Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres defenil-polibromados (PBDes).

37.1.5. Que adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

37.1.6. Que forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

37.1.7. Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

37.1.8. Realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

37.1.9. Respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

37.1.10. A comprovação do disposto na Instrução Normativa SLTI/MPOG 01/2010, no que couber à contratação em tela, poderá ser feita, mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o serviço prestado cumpre com as exigências deste edital.

38. DISPOSIÇÕES FINAIS

38.1. Os interessados deverão estudar minuciosa e cuidadosamente o Edital e seus Anexos, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar os custos e prazos dos serviços;

38.2. Os interessados deverão examinar OS ANEXOS – PROJETO BÁSICO/EXECUTIVO, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas constantes do presente Edital. O não fornecimento de todas as informações requeridas ou a apresentação de uma proposta em desacordo com a documentação solicitada no Edital e seus anexos, será de responsabilidade do concorrente, podendo resultar na rejeição de sua proposta;

38.3. Os licitantes arcarão com todos os custos associados com a elaboração e apresentação de sua Proposta e o Campus Porto Velho Calama, em nenhum caso, será responsável ou sujeito a esses custos, independentemente do resultado do processo licitatório;

38.4. A participação na licitação importa em total e irrestrita aceitação das condições do Edital e seus Anexos os quais integrarão do próprio termo de contrato a ser assinado pela adjudicatária.

38.5. O Campus Porto Velho Calama poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para comprovar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, não cabendo aos licitantes direito à indenização.

38.6. Alterações contratuais serão processadas mediante Termo Aditivo, devidamente justificado e autorizado pela CONTRATANTE.

38.7. Todos os prazos estabelecidos neste Edital, salvos os expressos em contrário, serão contados em dias corridos, excluído o dia de início e incluído o dia do vencimento;

38.8. As ambiguidades e casos omissos do presente Edital serão resolvidos pela COMISSÃO, observando-se rigorosamente o contido nas Leis 12.462/2011 e 8.666/1993;

38.9. Nos conteúdos análogos, havendo diferença entre o Edital e os documentos produzidos pela Diretoria de Engenharia e divulgados como anexos ao Edital, prevalece os documentos da Engenharia.

38.10. O resultado da licitação será publicado no Diário Oficial da União, obedecido ao disposto na Lei n.º 8.666/93 em seu artigo 109, § 1 e artigo 16 e alterações posteriores.

38.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

38.12. As normas que disciplinam esta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

38.13. É facultada à Comissão Especial de Licitação, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive com a fixação de prazo de resposta, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do mesmo desde a realização da Sessão Pública.

38.14. Os prazos somente se iniciam e vencem em dias de expediente no Campus Porto Velho Calama;

38.15. A simples participação nesta licitação implica na aceitação plena e incondicional das normas legais vigentes e do

inteiro teor expresso no presente Edital.

38.16. Nenhuma indenização será devida às licitantes pela elaboração ou apresentação de documentos relativos ao presente Edital.

38.17. Fica entendido que os projetos, as planilhas de serviços e especificações e toda a documentação da Licitação, são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe mencionado em um documento e omitido em outro será válido.

38.18. Nos termos do Artigo 48, e sem prejuízo do estabelecimento no art. 109 ambos da Lei Federal nº 8.666/93, o descumprimento de qualquer das disposições contidas nos itens deste RDC Eletrônico poderá ensejar a desclassificação.

38.19. Quaisquer esclarecimentos e informações a respeito da presente licitação e seus anexos serão prestadas pela COMISSÃO, pelo telefone n.º (69) 2182-8915, em horário comercial, ou através do e-mail ccl.portovelhocalama@ifro.edu.br.

39. **DO FORO**

39.1. O foro do Juizado Federal para dirimir questões relativas ao presente Edital será o de Porto Velho (RO), com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

40. **DOS ANEXOS**

40.1. Fazem parte deste Edital os seguintes anexos:

ANEXOS	DOCUMENTO
I	Termo de Referência/Projeto Básico
II	Projetos
III	Especificações Técnicas dos Materiais e Serviços - Memorial Descritivo
IV	Planilha orçamentária – Cronograma Físico- Financeiro Composição do BDI e Encargos Sociais
V	Declaração de Visita ou Não Visita ao Local da Obra.
VI	Modelo de Declaração de Enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte
VII	Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Superveniente Impeditivo e Concordância com as condições do edital
VIII	Modelo de Declaração de não-utilização de trabalho do menor
IX	Declaração de independência de proposta
X	Declaração de aceitação integral dos termos deste edital
XI	Modelo de Declaração de Compromisso de Realização de Obras
XII	Modelo de Declaração de Renúncia de Recursos.
XIII	Modelo de Declaração dos Profissionais Responsáveis
XIV	Modelo de Declaração de Sustentabilidade
XV	Minuta do Contrato

XVI	ARTs
-----	------

Porto Velho/RO, 10 de outubro de 2017.

Patrícia Camargo de Sousa
Coordenação de Compras e Licitação



Documento assinado eletronicamente por **Patrícia Camargo de Sousa, Coordenador(a) de Compras e Licitações Substituto(a)**, em 19/10/2017, às 12:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Aparecido Atiles Mateus, Diretor(a) Geral**, em 19/10/2017, às 17:12, conforme horário oficial de Brasília, com o emprego de certificado digital emitido no âmbito da ICP-Brasil, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).
Nº de Série do Certificado: 1294155



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ifro.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0084377** e o código CRC **7009C82B**.

Referência: Processo nº 23243.003758/2017-07

SEI nº 0084377